

ATA DA 473ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS

Aos 08 (oito) dias do mês de março de 2024, a partir das 09:00h, ocorreu a 473ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal da Eletros, por meio do link de videoconferência da plataforma Teams, em razão do modelo de trabalho híbrido, com a participação dos Conselheiros Fiscais Efetivos, Elizabeth Teixeira Miliante Ribeiro (Presidente), José Luiz Leduc e Rudolph Fabiano Alves Pedroza Teixeira, e do Conselheiro Fiscal Suplente William Manoel Souza, em substituição à Conselheira Alessandra Lemos de Souza, e da Conselheira Fiscal Suplente Paula Isabel da Costa Barbosa. Tendo sido verificado o *quórum* mínimo previsto no Art. 45, § 2º do Estatuto da Eletros, teve início a reunião, a qual tratou dos temas pautados, conforme a seguir.

Item 1. Apresentação ADITUS – Investimentos e Análise de Riscos – A

Presidente do Conselho Fiscal Elizabeth Teixeira Miliante Ribeiro apresentou aos novos conselheiros o representante da Consultoria Aditus, Guilherme Bentes. Na sequência, considerando que o trabalho da consultoria visa apoiar a Fundação nas análises de investimentos e de riscos, bem como monitorar o atendimento às diretrizes definidas na Política de Investimentos da ELETROS, acompanhando as métricas de riscos e enquadramentos legais, o Consultor iniciou sua apresentação falando sobre o encerramento do ano anterior e o início do ano corrente, retratando os cenários que envolviam e envolvem o mercado financeiro e seus impactos no segmento de fundos de pensão. Feita esta introdução, deu continuidade à sua apresentação, discorrendo sobre o tema em tela, o que permitiu aos membros do Conselho Fiscal, sob a perspectiva de uma consultoria independente e de mercado, avaliar de forma recorrente, para maior conforto do colegiado, os cenários econômicos que embasaram as decisões de investimento da administração, assim como os riscos de investimentos. O Consultor da Aditus apresentou ainda a percepção de risco do mercado internacional e nacional e dos fundos de pensão face ao cenário econômico que influenciou as tomadas de decisões sobre investimentos em 2023 e a definição das diretrizes das políticas de investimento de 2024 e, finalizou dizendo, que todos os limites legais de investimentos, em 2023, foram observados. O Consultor informou ainda que, após concluído o processo operacional de implantação da segregação dos CNPJs por Plano, previsto para março/24, segundo expectativa da Eletros, a Aditus possui como meta emitir Relatórios diários do custodiante com a alocação dos recursos por Plano. Adicionalmente, o Consultor disponibilizou o sistema da Aditus para acesso de leitura aos Conselheiros. O Consultor da Aditus também informou que há uma expectativa de mudança na legislação de investimentos, no segundo semestre/24, e se disponibilizou para apresentar ao CFE, as mudanças que venham a ocorrer. Ato contínuo, colocou-se à disposição dos conselheiros para esclarecimentos. Na sequência, a Presidente do Conselho Fiscal Elizabeth Teixeira Miliante Ribeiro agradeceu e indagou ao Consultor se haveria custo adicional para consulta de conselheiros ao sistema da Aditus, no que foi respondida de forma negativa e que somente seria necessário informar os nomes e e-mails daqueles que gostariam de

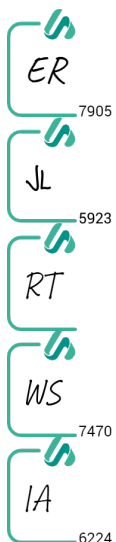
CFE/ika



ER 7905
JL 5923
RT
WS 7470
IA 6224

fazê-lo. O Conselheiro Rudolph Fabiano Alves Pedroza Teixeira disse entender ser um grande desafio dos planos de benefício definido e contribuição variável deficitários fazer o ativo crescer mais que o passivo, e perguntou ao consultor sua opinião sobre tentar vias não tradicionais de investimentos, tais como carteiras de empréstimos consignados de servidores públicos, que eventualmente poderiam ter uma rentabilidade superior, considerando os riscos inerentes a essa operação. O consultor respondeu que não se justificava, no atual cenário, esse tipo de risco adicional, entretanto salientou que é importante a Entidade estudar ativos alternativos, pois pode precisar quando o ciclo das taxas de retorno dos ativos atuais, em especial das NTNBS, não for suficiente para superar as metas atuariais. Em seguida, o Conselheiro Suplente William Manoel Souza agradeceu a apresentação e perguntou sobre as últimas notícias nas mídias sobre investimento em ações da Petrobrás e os impactos na carteira da Eletros. O Consultor disse que em geral, os fundos de pensão, não tem grande exposição destes títulos em carteira e que estes tipos de notícias estão precificados no valor dos ativos, não acarretando grande impacto na carteira. Na oportunidade, o Conselheiro Efetivo José Luiz Leduc traçou um paralelo entre o petróleo e o dólar e registrou sua percepção a respeito. O Consultor expôs que o que influencia o dólar forte em relação ao restante das moedas do mundo é o fato da economia dos EUA ser a única que cresce e, a previsão para 2024, é dólar de 4,90/4,85, considerando que há expectativa de crescimento da economia Brasil, face a sua balança comercial positiva. A Conselheira Suplente Paula Isabel da Costa Barbosa indagou ao Consultor sobre investimento em energias renováveis. O Consultor expôs que ainda é muito incipiente o movimento das entidades para investimentos nesse sentido, considerando que ainda há expectativas de pronunciamento do regulador neste sentido. Acrescentou que não vislumbrava que isso acontecesse em curto prazo no mercado. Em continuidade, a Presidente do Conselho Fiscal Elizabeth Teixeira Miliente Ribeiro, considerando o risco operacional no processo de mudança dos CNPJs por planos que impacta sistemas; processos; procedimentos e pessoal, indagou ao Consultor, se a Aditus tem papel de controle e realiza reconciliações para garantir a precisão e a integridade das informações, como por exemplo duplo *check* das informações de custódia e das posições de ativos mantidas pela Eletros, no que foi respondida de forma positiva pelo Consultor que disse que, essa função existe por força legal, onde a Aditus, por meio do serviço "*Demonstrativo de Investimentos*" abrange informações além da custódia, carteira e contabilidade, sendo o documento formal submetido à Previc. Ato contínuo, a Presidente agradeceu a apresentação e disse estar satisfeita com esta. O Consultor também agradeceu a oportunidade.

Item 2– Plano de Trabalho Mensal do CFE – 2.1 Deliberação sobre o Plano de Trabalho Anual do CFE – Colocado em votação, o Plano de Trabalho Mensal do CFE foi considerado aprovado por unanimidade dos presentes. A Presidente do Conselho Fiscal Elizabeth Teixeira Miliente Ribeiro ressaltou a importância da disseminação do documento na Diretoria Executiva com o objetivo de esclarecer e formalizar a forma



como o colegiado pretende receber as informações gerenciais periódicas estabelecidas no documento. O Plano de Trabalho do CFE visa fornecer previamente os detalhes de como as informações devem estar organizadas e os períodos que deverão ser encaminhadas para respaldar as reuniões mensais do CFE e conseqüentemente, os trabalhos de verificações e avaliações dos membros do Conselho Fiscal. Na seqüência, solicitou que fosse encaminhado o documento para a Diretoria Executiva.

Item 2.2 - Conclusão sobre verificações dos Laudos de Imóveis (valor justo)

- Como relator deste tema, o Conselheiro Efetivo Rudolph Fabiano Alves Pedroza Teixeira disse que fez uma análise de todo o material e laudos encaminhados e observou que a consultoria desenvolve uma metodologia de análise bastante interessante e constatou que está tudo adequado com relação à avaliação dos imóveis. Acrescentou que havia uma diferença de 15% (quinze por cento) entre os valores máximo e médio e que os valores atribuídos estavam dentro do nível de confiança e amparados legalmente. Aditou que, em termos contábeis, a Administração é livre para decidir o valor justo, desde que ele esteja dentro do intervalo estabelecido pela consultoria especializada e, sendo assim, entendeu que é possível a atribuição dos valores máximos para os edifícios Vital Brasil e Mário Bhering. No primeiro caso, em função do *retrofit* e no segundo, porque ao contrato de locação prevê cláusula de antecipação de vencimento em caso de desistência do Locador. O conselheiro William Manoel Souza ratificou a análise do conselheiro Rudolph e seu entendimento, no que diz respeito a decisão da diretoria pelos registros contábeis ao valor máximo dos edifícios mencionados e que existe lastro legal para tal decisão. A Presidente do Conselho Fiscal Elizabeth Teixeira Miliente Ribeiro manifestou-se de acordo com o Conselheiro Efetivo Rudolph Fabiano Alves Pedroza Teixeira sobre a justificativa apontada, e destacou, como melhoria do processo de tomada de decisão, a importância de serem definidos critérios pela Administração a serem utilizados para escolha entre valores mínimo, médio ou máximo de avaliação de cada imóvel. Tais critérios devem dar subsídios inclusive para as diferenças dos índices adotados em cada imóvel, de forma a garantir maior transparência. Tal fato foi observado em função da metodologia adotada pela empresa de avaliação realizar vistoria "in loco" dos imóveis onde foram considerados as características arquitetônicas, estado de conservação e localização dos imóveis para atribuir valores mínimos, médios e máximos dos imóveis. O Conselheiro José Luiz Leduc concordou com a sua antecessora, mas disse entender que cada imóvel foi avaliado individualmente, considerando aspectos próprios de cada um. A Conselheira Paula Isabel da Costa Barbosa concordou com seus antecessores e disse que seria importante definir os critérios adotados para escolha entre os valores máximo, médio ou mínimo de avaliação visando maior transparência na tomada de decisão.

Item 3 - ATAS das Reuniões da Diretoria, do Conselho Deliberativo e dos Comitês. 3.1. Examinar se os Atos de Gestão Praticados pelos Colegiados de Conselho Deliberativo e Diretoria Executiva estão aderentes às competências

CFE/ika



ER
7905
JL
5923
RT
WS
7470
IA
6224

estipuladas no Estatuto Social e Legislação - 3.1.1 - Ata 1276ª Reunião da Diretoria Executiva, relativo ao Item 2 - Alteração de Regulamento do Plano CD I – O Conselheiro Efetivo Rudolph Fabiano Alves Pedroza Teixeira disse que constatou que as alterações foram muito positivas para o plano e para os participantes. Os demais conselheiros não tiveram observações complementares sobre a Ata, sendo concluído que o processo decisório estava bem fundamentado. 3.1.2 - Ata da 535ª Reunião do Conselho Deliberativo – O Conselheiro Rudolph Fabiano Alves Pedroza Teixeira comentou sobre a alteração do Plano CV ONS, dizendo que foi benéfica tanto para a Patrocinadora como para o participante, sendo concluído que o processo decisório estava bem fundamentado e com os registros dos riscos e das avaliações realizadas.

4- Informações da Diretoria – Ingressou na reunião o Diretor Financeiro Luiz Guilherme Nobre Pinto.

4.1 - Acompanhamento da Alteração do Estatuto - O Diretor Financeiro Luiz Guilherme Nobre Pinto disse que esse assunto foi prioridade do Planejamento Estratégico anterior da Eletros e havia algumas metas atreladas a isso. Neste sentido, considerando o último posicionamento do Presidente da Eletros onde foi destacado a necessidade de definição das diretrizes do Conselho Deliberativo para este tema, a Presidente do Conselho Fiscal Elizabeth Teixeira Miliante Ribeiro perguntou se houve direcionamento do CDE no atual Planejamento Estratégico da Eletros, que foi respondida pelo Diretor Financeiro que este assunto está sendo trabalhado no Planejamento Estratégico e encontra-se em fase de elaboração, cujo direcionamento pretende abordar previsão no estatuto para administração de planos instituídos.

4.2 - Acompanhamento das Recomendações e Demandas do CFE – A secretária relatou que esse assunto seria apresentado pela Coordenadora de Compliance. Na sequência, foi decidido pelos conselheiros fiscais que haveria reversão de pauta para que a apresentação sobre o tema quando da entrada da Coordenadora de Compliance Rita de Cássia Análio Ribeiro.

4.3 - Status sobre avaliação dos impactos da Resolução CNPC nº 58, de novembro de 2023 – Dando continuidade, Diretor Financeiro Luiz Guilherme Nobre Pinto informou que as metas de todos os planos foram superadas, o que possibilitou a reversão dos planos de equacionamentos de déficit, graças ao disposto na Resolução CNPC nº 58 de novembro de 2023 que possibilitou a utilização dos resultados de 2022 e 2023 para apurar se seria necessário fazer ou não o plano de equacionamento. Acrescentou que todos os trâmites legais foram seguidos para formulação dos planos de equacionamento, assim como para a reformulação destes em função da nova norma. No caso do Plano BD Eletrobrás não foi necessário plano de equacionamento do ano de 2022. Aditou que foi feito um comunicado no site sobre este assunto. A Presidente registrou que relativo à CARTA DB 031/24, encaminhada ao CFE em 01/03/24, o CFE precisa receber todo o material basilar que deu suporte ao processo decisório das reuniões de Diretoria Executiva e do Conselho Deliberativo sobre o tema, bem como dos Comitês de Assessoramento. O Diretor Financeiro informou que o material foi apresentado para a reunião do CDE do dia 28/02 e deveria compor a totalidade do que seria analisado por ocasião da aprovação do balanço, em função do impacto no resultado.

CFE/ika



ER 7905
JL 5923
RT
WS 7470
IA 6224

4.4 -Tema Livre - Em continuidade, o Diretor Financeiro Luiz Guilherme Nobre Pinto disse que estão em fase de elaboração do Planejamento Estratégico. A Presidente do Conselho Fiscal Elizabeth Teixeira Miliante Ribeiro perguntou se havia uma consultoria contratada para isso e o Diretor Financeiro respondeu que a Consultoria Contratada foi a Nodal, cuja contratação seguiu todas as normas e processos internos da Eletros. Na sequência, a Presidente do Conselho Fiscal Elizabeth Teixeira Miliante Ribeiro perguntou quando seria fechado o Planejamento Estratégico e o Diretor Financeiro acredita que, considerando todas as agendas envolvidas, a previsão é fechar o PE em março. Perguntado sobre os trabalhos da Consultoria BDO, o Diretor Financeiro disse que os trabalhos estavam seguindo dentro do prazo e as reuniões agendadas estavam mantidas. Na sequência, o Conselheiro Rudolph Fabiano Alves Pedroza Teixeira agradeceu a apresentação. O Conselheiro José Luiz Leduc agradeceu e disse que o planejamento estratégico em andamento talvez fosse o mais emblemático da história da Eletros, considerando a conjuntura atual. Os Conselheiros Suplentes Wiliam Manoel Souza e Paula Isabel da Costa Barbosa agradeceram a apresentação e concordaram com os demais sobre o tema Planejamento Estratégico.

5- Rentabilidade dos Planos / Acompanhamento das Metas dos Planos – Na oportunidade, o Diretor Financeiro Luiz Guilherme Nobre Pinto fez apresentação sobre o tema. Acrescentou que a rentabilidade não foi boa em janeiro, mas melhorou em fevereiro. Aditou que a maioria das rentabilidades globais foram boas, tendo havido um descolamento da do Brasil. Apresentado também os cenários econômicos e os impactos nas rentabilidades e feitos os esclarecimentos suscitados, a Presidente do Conselho Fiscal Elizabeth Teixeira Miliante Ribeiro abriu a palavra aos demais conselheiros que agradeceram a presença e a apresentação do Diretor Financeiro Luiz Guilherme Nobre Pinto, que se colocou à disposição do CFE para o que fosse necessário.

6 – Apreciação do Balancete de dezembro/2023 - Acompanhamento e 6.1- Controle da Execução Orçamentária - dezembro/2023 - Ingressou na reunião a Gerente de Controladoria Renata Ferretti que fez apresentação sobre o tema, considerando o resultado de 2023, demonstrando o balanço patrimonial, as justificativas entre previsto e realizado, recursos garantidores, composição dos investimentos, rentabilidade dos planos, composição de déficit/superavit, demonstração da mutação do ativo líquido, acompanhamento orçamentário segregado por plano e constituição/reversão do fundo administrativo. A gerente informou que os resultados de 2023 estão sendo consolidados e serão apresentados também na reunião do dia 22/03 pela própria Auditoria Externa BDO. A Presidente do CFE Elizabeth T. M. Ribeiro perguntou se todas as demandas da Auditoria externa estão sendo atendidas, o que foi respondido positivamente pela gerente de contabilidade. Ao final das apresentações, os membros do CFE agradeceram à Gerente de Controladoria e ao Diretor Financeiro.

6.2 - Apresentação da NT-NOTA TÉCNICA – DF/DFC – 002/23 - A Gerente de Controladoria fez apresentação sobre o tema, relatando que até 2012, a Eletros administrava apólices de seguro para os empregados e assistidos das Patrocinadoras Eletrobras e Cepel. Na sequência, traçou o seguinte histórico em relação ao caso específico do assistido Marcos José de Souza Batista: I- Em 03/12/2019, o assistido solicitou o cancelamento da apólice de seguros, o que foi informado à Eletros; II- Em

CFE/ika



ER 7905
JL 5923
RT
WS 7470
IA 6224

04/12/2019, o assistido solicitou que o cancelamento do pedido anterior fosse desconsiderado. III - A Eletros excluiu o assistido da apólice, mas não o reincluiu quando solicitado pela Eletrobras; IV- Em 14/02/2020, o assistido faleceu, não constando na apólice. V- Em 05/05/2020, a Patrocinadora Eletrobras solicitou o pagamento do sinistro à Eletros que realizou o pagamento de R\$ 504.186,50. VI - Após a negociação, em 04/04/2023, o valor do sinistro foi corrigido até fevereiro/2023, no montante de R\$ 614.201,98, tendo a Patrocinadora Eletrobras concordado em pagar 67% desse valor à Eletros, que totalizou R\$ 409.467,99. VII - Em 01/10/2023, em linha com o Relatório do CFE de 04/05/2023 e com as diretrizes da diretoria, foi realizado ajuste contábil com o objetivo de recompor o fundo administrativo dos Planos CD Eletrobras - Puro e BPDS, impactando apenas o plano do participante, Plano BD Eletrobras. VIII - O valor foi corrigido de março a setembro/2023. Relativo ao histórico apresentado pela gerente, a Presidente do CFE Elizabeth T. M. Ribeiro ponderou que no item III, a Eletros não tem a prerrogativa de excluir o assistido da apólice, já que a atribuição e responsabilidade pela administração da apólice junto a corretora e seguradora é da Patrocinadora Eletrobras, sendo facultada à Eletros, a partir de comando da Patrocinadora Eletrobras, apenas a possibilidade de incluir e excluir o desconto do prêmio no arquivo mensal da folha de benefícios. A Gerente da Contabilidade concordou e informou que providenciará a correção/ajuste da Nota Técnica e da apresentação. Feitos os esclarecimentos sobre o tema e demonstrados os aspectos contábeis envolvidos, o Conselho Fiscal decidiu, por unanimidade, dar por atendida a demanda do CFE que consta da ATA 463ª RCFE relativo ao repasse à Eletrobras para pagamento de sinistro - "Demonstrar, por meio de Nota Técnica, a saída e a entrada do recurso no PGA e nos planos previdenciários".

7- Compliance - Acompanhamento do Nível de aderência da Fundação às Normativas legais e próprias

- Esteve presente a Coordenadora de *Compliance* Rita de Cássia Análio Ribeiro que em sua apresentação informou que: I - A Eletros utiliza o Compliasset (fornecido gratuitamente pela ABRAPP), como ferramenta de Gestão e acompanhamento do Calendário de Obrigações Legais da ABRAPP; II - os Gestores das áreas são associados às obrigações, e estes são notificados e alertados regularmente sobre as atualizações ocorridas na ferramenta. Falou ainda sobre a Gestão e acompanhamento para cumprimento das obrigações legais da ABRAPP, informando que 100% das obrigações em 2023 foram cumpridas, sendo que houve 1 cumprida com atraso; III- Adicionalmente, a Coordenadora informou que estão utilizando a ferramenta SoftExpert para complementar a divulgação internamente das legislações afetas e dos normativos internos e que o Portal Legislações foi lançado na Semana da Integridade, em novembro/2023 e é parte integrante da plataforma SoftExpert. Acrescentou que a partir da publicação da ferramenta que visa auxiliar a divulgação de uma legislação ou de um normativo interno, os gestores de cada área recebem automaticamente a notificação sobre a publicação no Portal. Após realizada a avaliação pelo gestor da área, cria um Plano de Ação. Informou que o primeiro Plano de Ação desenvolvido como teste da ferramenta foi para atendimento à CNPC nº 58 incluído na ferramenta em fevereiro de 2024. Aditou que a partir de janeiro/2024, iniciou a utilização plataforma Be Compliance, para emissão de *background check*, que é a checagem de antecedentes, representa um processo importante na mitigação de riscos envolvendo terceiros, sejam eles pessoas ou empresas. Acrescentou que a prática conhecida como *due diligence* é um procedimento prévio à contratação, avalia diferentes fatores de um potencial prestador de serviços, tendo como objetivo analisar possíveis riscos e compreender a capacidade em cumprir com suas obrigações, entre

CFE/ika



ER
7905
JL
5923
RT
WS
7470
IA
6224

outros. Na sequência, passou a listar todos os normativos elaborados e revisados pela PRI. Ao fim da apresentação, a Coordenadora de Compliance se colocou à disposição para esclarecimentos. Na sequência a Presidente do CFE Elizabeth Teixeira Miliante Ribeiro agradeceu a apresentação e disse que o acompanhamento de Compliance é muito importante para o CFE e que já existiam recomendações sobre isso, visando permitir que o CFE possa acompanhar o nível de aderência de Compliance da Entidade, tanto aos normativos legais quanto aos próprios (políticas e normas institucionais). Acrescentou que é importante receber o plano de ação da coordenação de compliance, definindo os próximos passos para implantação da ferramenta de forma a contemplar as legislações legais e próprias pertinentes à Fundação, bem como para implantação dos indicadores que permitem acompanhar o nível de aderência (compliance assessment) das obrigações legais e próprias. Tais informações permitirão à administração e ao CFE conhecer o nível de risco de Não-Compliance. Disse ainda que a apresentação indica que o trabalho foi iniciado e está em andamento, mas que é necessário o plano de ação para responder a recomendação que foi feita pelo Conselho Fiscal, contendo as etapas que permitam monitorar os riscos de Não Compliance, bem como avaliar a eficácia da gestão das obrigações legais e próprias e, se colocou à disposição para dirimir qualquer dúvida relativa ao assunto. Na sequência, abriu a palavra aos conselheiros. O Conselheiro Wiliam disse que foi muito bom que a Eletros tenha saído da inércia com relação a esse tema e que a evolução se dará gradativamente na medida em que os planos de ação forem sendo construídos e o Conselho Fiscal, em sua competência de atuação, dará todo o apoio necessário. O Conselheiro Leduc disse estar satisfeito com a apresentação. O Conselheiro Rudolph disse não ter mais nada a acrescentar e agradeceu a apresentação. A Conselheira Paula também agradeceu a apresentação e disse que foi muito clara.

4.2 - Acompanhamento das Recomendações e Demandas do CFE – A Coordenadora de Compliance Rita de Cássia Análio Ribeiro fez a leitura do e-mail encaminhado, em 08/03/24, como segue: *“Cara Presidente , Srs. Conselheiros, Bom dia! De ordem do Presidente da Eletros, segue em anexo, a planilha de controle de recomendações e demandas do CFE preenchida, sob as quais tecemos as seguintes considerações: Inicialmente pedimos desculpas pela entrega da mesma na data da reunião deste Conselho, todavia não foi possível concluir o trabalho com antecedência. Solicitamos que a entrega do trabalho, o pedido de desculpas bem como o registro de que permanecemos comprometidos em tentar sanar eventuais pendências, esclarecer dúvidas e prestar esclarecimentos adicionais, caso necessário, em data oportuna, após avaliação dos senhores, também fiquem registrados em Ata, além do registro que já deixamos neste e-mail. Além disso, destacamos que: 1. A lista de demandas analisadas considera apenas as que foram registradas até a 463ª reunião do CFE; 2. A demandas realizadas após a 463ª RCFE serão respondidas na próxima atualização que estimamos possa ser feita no final deste mês de março; 3. O Status atribuído (atendido, não atendido, pendente, etc) é na visão da DEE; 4. A busca pelas evidências foi dificultada demais em face de que as respostas/entregas não são registradas pelo CFE em suas atas. Este é um ponto de fundamental melhoria. 5. Considero que os assuntos relacionados aos temas Gestão de Riscos, PDTI, LGPD; inseridos em várias oportunidades merecem serem tratados em nova reunião do CFE para que possamos atualizar os conselheiros sobre o estágio atual dos temas, da mesma forma aqueles assuntos que identificamos como Pendente. Permanecemos à disposição.”*

CFE/ika



ER
7905
JL
5923
RT
WS
7470
IA
6224

Na sequência, a Presidente do Conselho Fiscal aduziu que a partir desta informação, os Conselheiros Fiscais irão analisar a planilha encaminhada e agendarão uma reunião, provavelmente em abril, em função das demandas de março para avaliação do colegiado. Aproveitou a oportunidade para perguntar sobre a ferramenta de acompanhamento das demandas e recomendações do CFE que considera fundamental. A Coordenadora da PRI falou que não possui ferramenta e que o custo de utilizar o Atlas para essa finalidade não é viável e considera válido o reforço da demanda.

10 - Assuntos Gerais - A Presidente do Conselho Fiscal Elizabeth Teixeira Miliante Ribeiro perguntou se alguém gostaria de ter acesso ao sistema da Aditus e todos os conselheiros presentes se manifestaram positivamente. Neste sentido, foi solicitado à secretária da Reunião do Conselho que os acessos dos Conselheiros fossem providenciados.


10.1- Informes da Secretaria - Não houve.

10.2- Tema livre - Não houve.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho Fiscal deu por encerrada a reunião às 11:30h e solicitou a mim, Ivania Knupp Araujo, que a secretariei, que lavrasse a presente Ata, a qual lida e aprovada, e assinada pelos Conselheiros Fiscais presentes à reunião.


Elizabeth Teixeira Miliante Ribeiro

Elizabeth Teixeira Miliante Ribeiro
Presidente do Conselho Fiscal


José Luiz Grunewald Miglievich Leduc

José Luiz Leduc
Conselheiro Fiscal


Rudolph Fabiano Alves Pedroza Teixeira

Rudolph Fabiano Alves Pedroza Teixeira
Conselheiro Fiscal


William Manoel Souza

William Manoel Souza
Conselheiro Fiscal Suplente


Ivania Knupp Araujo

Ivania Knupp Araujo
Advogada Senior - Coordenação de Compliance e Governança - PRI



Ata da 473ª RCFE_Consolidada.docx

Valide a autenticidade do documento clicando ou escaneando o QR Code ao lado ou acesse o [verificador de autenticidade](#) e insira o código: 45C34-B640F-CF441



Solicitação de assinatura iniciada por: Ivania K. A. em 02/05/2024

Assinaturas



Ivania Knupp Araujo
Assinou Eletronicamente



6224

Assinou em: 02 de maio de 2024, 09:31:06 | E-mail: iva***@el***** | Endereço de IP: 243.151.67.180 | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Microsoft Edge 123.0.0.0, Windows 10 | Celular: *****9867



Elizabeth Teixeira Miliante Ribeiro
Assinou Eletronicamente



7905

Assinou em: 02 de maio de 2024, 09:45:37 | E-mail: eli*****@ho***** | Endereço de IP: 89.155.228.15 | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Chrome 124.0.0.0, Windows 10 | Celular: *****8152



Rudolph Fabiano Alves Pedroza Teixeira
Assinou Eletronicamente



31601

Assinou em: 02 de maio de 2024, 13:28:28 | E-mail: rud*****@el***** | Endereço de IP: 191.34.55.14 | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Microsoft Edge 124.0.0.0, Windows 10 | Celular: (**) *****-6528



William Manoel Souza
Assinou Eletronicamente


William Manoel Souza
7470



WS
7470

Assinou em: 02 de maio de 2024, 22:07:12 | E-mail: wil*****@on***** | Endereço de IP:
201.17.76.126 | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Chrome 122.0.0.0,
Windows 10 | Celular: *****2481



José Luiz Grunewald Miglievich Leduc
Assinou Eletronicamente


José Luiz Grunewald Miglievich Leduc
5923


JL
5923

Assinou em: 03 de maio de 2024, 10:09:20 | E-mail: jlg*****@gm***** | Endereço de IP:
191.57.12.150 | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Atlas App (3.0.64), iOS |
Celular: *****3324